



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REQUERIMENTO Nº. 001/2024

À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA – ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

**Câmara Municipal de
Santa Leopoldina**

APROVADO

em 21 02 2024


PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DEUCIMAR ROMAGNA (PRD), DORGIVAL BATISTA FILHO (PSB), LUZINETE DEGASPERI LEPPAUS (PRD), JEFFERSON RODRIGUES (PDT), NELSON LICHTENHELD (PRD), ROMI CARLOS FACCO MULLER (PDT), ROSIMAR JOSE LAHAS (CIDADANIA), SERGIO ANGELI LAGO (PDT) e VALDEMIRO BARTH (PSDB), na condição de Vereadores da Câmara Municipal de Santa Leopoldina/ES, com base no artigo 16, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Santa Leopoldina, vem à presença de Vossa Excelência **REQUERER**, seja convocado a **Secretária Municipal de Saúde**, senhora **Sigrid Stuhr**, para comparecer no Plenário desta Câmara Municipal, na sessão ordinária do dia 28 de fevereiro de 2024, às 17h00min, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos:

- Ações promovidas pela secretaria na atual administração, a partir de janeiro de 2023, bem como metas para o próximo ano, e outros assuntos correlatos;
- Ações desenvolvidas no combate ao mosquito Aedes Aegypti;
- Contratos administrativos relacionados à secretaria (Execução e Fiscalização).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

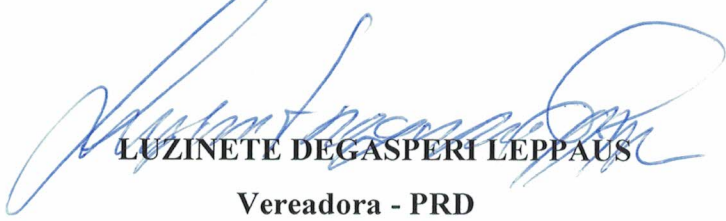
Santa Leopoldina/ES, 07 de fevereiro de 2024.


DEUCIMAR ROMAGNA

Vereador - PRD


DORGIVAL BATISTA FILHO

Vereador - PSB


LUZINETE DEGASPERI LEPPAUS

Vereadora - PRD


JEFFERSON RODRIGUES

Vereador - PDT


NELSON LICHTENHELD

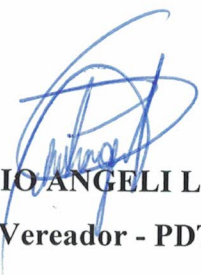
Vereador - PRD


ROMI CARLOS FACCO MULLER

Vereador - PDT


ROSIMAR JOSE LAHAS

Vereador - CIDADANIA


SERGIO ANGELI LAGO

Vereador - PDT


VALDEMIRO BARTH

Vereador - PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

Na qualidade de fiscalizadores e no uso do exercício do controle externo em face dos agentes do Executivo Municipal, com fundamento nas disposições legais pertinentes, cumpre aos Parlamentares locais buscar esclarecimentos junto aos responsáveis acerca de assuntos de interesse público.

Cabe ressaltar, que os cidadãos têm o direito de entender as políticas e decisões relacionadas à saúde pública, especialmente em questões cruciais, como orçamentos de saúde e distribuição de recursos.

As políticas e programas de saúde precisam ser avaliados regularmente para garantir sua eficácia.

Assim, diante do necessário sistema de freios e contrapesos, se fazem necessários tais esclarecimentos.